

19 AGO 2025

1º Secretário

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

19 AGO 2025

Protocolo: 1100/25

1018/25

AUTOR: DEPUTADO EYDER BRASIL -PL

Autoriza o Poder Executivo a instalar câmeras de videomonitoramento nas salas de aula das escolas públicas estaduais de Rondônia, com o objetivo de garantir a segurança de alunos e profissionais da educação.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA resolve:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instalar câmeras de videomonitoramento nas salas de aula das escolas públicas estaduais, com o objetivo de garantir a segurança de alunos e profissionais da educação.

Art. 2º As câmeras de que trata esta Lei destinam-se exclusivamente à captação de imagens, vedada a gravação de áudio, com o objetivo de:

- I – Prevenir e coibir atos de violência física ou psicológica entre alunos, professores e demais membros da comunidade escolar;
- II – Garantir a integridade física dos profissionais da educação e dos estudantes; e
- III – auxiliar na apuração de fatos que comprometam a segurança no ambiente escolar.

Art. 3º A instalação das câmeras deverá respeitar os seguintes critérios:

- I – Posicionamento que abranja toda a área da sala de aula, sem focar individualmente nos estudantes ou professores;
- II – Vedação de instalação em ambientes que comprometam a privacidade, tais como banheiros, vestiários, salas de professores e ambientes de atendimento individual; e
- III – preservação da arquitetura e integridade do espaço escolar.

Art. 4º As imagens captadas:

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO EYDER BRASIL -PL

I – Terão acesso restrito à Direção Escolar, à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e às autoridades competentes mediante requisição fundamentada;

II – Deverão ser armazenadas em sistemas protegidos, com controle de acesso e rastreamento, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018).

Parágrafo único. É vedado o uso das imagens para fins disciplinares que extrapolem os objetivos desta Lei, tais como avaliação de desempenho docente ou controle pedagógico individualizado.

Art. 5º É obrigatória a comunicação prévia à comunidade escolar, por meio de cartazes visíveis e reuniões periódicas, sobre:

I – A existência das câmeras nas salas de aula;

II – A finalidade da gravação; e

III – Os procedimentos para eventual solicitação de acesso às imagens.

Parágrafo único. As instituições com maior índice de violência escolar, segundo dados da SEDUC, terão prioridade de implementação.

Art. 6º O Poder Executivo poderá firmar parcerias com os municípios, entidades da sociedade civil ou setor privado, com vistas à implementação e manutenção do sistema de videomonitoramento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 05 de agosto de 2025.

Deputado **EYDER BRASIL**

PL

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO EYDER BRASIL -PL

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores Parlamentares,

O presente projeto visa promover a diminuição da incidência de episódios de violência nas instituições escolares. Desse modo, torna-se necessário a instalação de câmeras de videomonitoramento nas salas de aula das escolas públicas estaduais de Rondônia, a qual será crucial para ampliar a segurança de estudantes, professores e demais profissionais da educação. Com isso, encontramos guarida nos seguintes amparos legais ao fornecimento de segurança nas escolas, assim vejamos:

Art. 5º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Vale ressaltar que, o projeto respeita princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a privacidade e os direitos da criança e do adolescente, ao vedar captação de sons por meio de áudios e garantir que os equipamentos não sejam instalados em espaços íntimos.

Ademais, destaca-se que, as imagens gravadas terão uso restrito e controlado, conforme determina a Lei Geral de Proteção de Dados, impossibilitando seu uso para fins disciplinares que excedam o escopo da segurança.

Será indispensável, durante essa implementação, a comunicação transparente com pais, alunos e professores por meio de sinalização visível e reuniões informativas, reforçando o caráter preventivo da medida.

A priorização das escolas com maior índice de violência escolar torna a iniciativa estratégica e equitativa, beneficiando regiões que mais precisam da ação do poder público.

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO EYDER BRASIL -PL

Portanto, instalação de câmeras de videomonitoramento é uma ferramenta moderna e eficaz que se alinha ao esforço coletivo pela promoção de uma educação segura, inclusiva e respeitosa. O projeto valoriza não apenas a segurança, mas também a confiança mútua e a preservação dos direitos fundamentais. Trata-se, de uma proposta que concilia tecnologia, responsabilidade institucional e proteção à comunidade escolar.

Diante do exposto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Pares, no sentido de aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado **EYDER BRASIL**